



CARTA DE SÃO JOÃO DA BARRA

VIII FÓRUM AMBIENTAL ALBERTO RIBEIRO LAMEGO

Considerando:

- A necessidade de adaptação às mudanças climáticas, as quais se manifestam por meio de eventos hidrológicos extremos, entre outros fatores e que estão associadas ao atual modelo de desenvolvimento;
- Que a COP 26 ora em curso estabelece entre suas prioridades a recomposição florestal e a redução de emissões, de forma a manter o aumento da temperatura global no limite de 1,5°C, e a evitar a desestruturação das sociedades humanas no planeta;
- Que o Brasil é signatário da Agenda 2030 da ONU, que estabelece em seus objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) ações e metas no sentido de garantir o acesso universal à água e ao saneamento, por meio do ODS 6, e de enfrentar a crise climática em níveis planetário, nacional e regional;
- Que os Comitês de Bacia Hidrográfica brasileiros atuam como “parlamentos das águas”, comprometidos com uma visão de futuro sustentável, com o bem-estar das presentes e das futuras gerações e com o planejamento participativo e integrado dos usos dos recursos hídricos, com vistas à garantia dos usos múltiplos da água e à mediação de conflitos de uso, que são intensificados em situações de escassez e insegurança hídricas;
- As quatro dimensões da segurança hídrica, expressas a nível nacional por meio do Índice de Segurança Hídrica (ISH): a dimensão social, a econômica a ecossistêmica e a de resiliência;
- Que o diagnóstico do Plano Nacional de Segurança Hídrica aponta ISH mínimos e baixos em diversos pontos do território do estado do Rio de Janeiro (ERJ), notadamente na sua região metropolitana;
- A adoção do conceito de segurança hídrica, bem como de iniciativas promotoras dessa mesma segurança por parte do governo do ERJ; compondo assim o Programa Estadual de Segurança Hídrica (PROSEGH);
- Considerando o PROSEGH como caminho de integração de esforços públicos e privados para garantia da sustentabilidade hídrica, fundamental para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico ambientalmente sustentável no ERJ;

Os gestores públicos, representantes de Comitês de Bacias Hidrográficas, membros da Sociedade Civil, pesquisadores e estudantes presentes no VIII Fórum Ambiental Alberto Ribeiro Lamego, realizado virtualmente no dia 12 de novembro de 2021 e ancorado no *Campus*



Avançado São João da Barra do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, vêm à público propor ações destinadas à superação dos desafios e ao fortalecimento das parcerias entre órgãos gestores de recursos hídricos, Comitês de Bacia Hidrográfica, Sociedade Civil, instituições de ensino e pesquisa e usuários dos recursos hídricos, no âmbito da promoção da segurança hídrica, em suas quatro dimensões.

Entendendo que esse fórum é um lugar de se discutir e estudar de forma conjunta um meio de mitigar as ações humanas, foram destacados os seguintes desafios, numa perspectiva histórica, que engloba intervenções feitas ao longo do tempo, não se limitando à época atual, mas abordando um contexto mais amplo, que afeta a pesca, a agricultura e a pecuária, o balanço hídrico, o meio urbano, e o meio ambiente de modo geral, porque a biodiversidade é reduzida em função de todas essas, foram destacados como **principais desafios** para a promoção da segurança hídrica nas regiões hidrográficas do ERJ, em suas quatro dimensões:

- O grande desmatamento, que contribui para erosão e assoreamento dos corpos hídricos, e automaticamente para o empobrecimento da biodiversidade e o aumento das emissões de gás carbônico.
- A excessiva drenagem e impermeabilização de áreas úmidas naturais.
- A poluição, em todos os sentidos, comprometendo a qualidade dos corpos hídricos, que muitas vezes não possui monitoramento eficiente, nem estudos sobre seus efeitos. A existência de poluentes emergentes que comprometem a qualidade da água e que não podem ser removidos em processos de tratamento convencionais.
- A existência excessiva de barragens que alteram o regime hídrico a nível regional.
- Cada região tem o seu principal desafio, os quais necessitam da integração das políticas e de esforços. O saneamento é um tema que requer muito investimento. Vivemos num estado que passou pelo crescimento desordenado do seu território. Temos um território muito diferenciado, com áreas sujeitas a inundações. A questão da insegurança para os riscos das inundações pode causar perdas de vida e impactos. Para pensar em ações mitigadoras para tais impactos o monitoramento é considerado como fundamental e esse monitoramento sistêmico é um dos grandes desafios.
- Na Região Hidrográfica IX (Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana), no noroeste fluminense falta água. Em São Joao da Barra falta água nas torneiras todos os dias e há o problema da intrusão salina. Vivemos extremos de excesso e extremos de falta de água, que reverberam no senso comum como falta de gestão, que pode ser exemplificada por ausência de ações de reservação de água e de controle das atividades produtivas que não estão de acordo com a conservação dos corpos hídricos. Quando chove em Minas, se perde água e solo, por causa da ocupação inadequada, o que requer ações que priorizem áreas para a mitigação.
- Os conflitos socioambientais com empreendimentos hidrelétricos também são desafios a enfrentar. Esses empreendimentos são responsáveis por diversos impactos



ambientais. Destacando o caso do rio Itabapoana, como trechos do rio ficam totalmente secos, isso também afeta a vida aquática e provoca uma ação em cadeia.

- No meio rural há ainda a demanda de análise de água de poços utilizados por pequenos produtores nestas comunidades.

Uma questão foi evidenciada no debate: como garantir a sustentabilidade hídrica tendo em vista o regime de propriedade privada? Como pensar em mecanismos eficazes de controle e parcelamento de uso do solo, num contexto onde a maior problemática são as práticas sociais fortemente exploratórias, no qual são necessários grandes investimentos em educação ambiental e na mitigação da ação dos poluentes nos recursos hídricos?

Sabemos o colapso que estamos enfrentando, agravado pela ocupação e o uso do solo inadequados, sendo preocupante as questões ambientais relacionadas com o direito privado. A própria sociedade não contribui, por exemplo, para reflorestar as áreas privadas. Registramos a seguir as reflexões acerca das **ações prioritárias** para fortalecer parcerias entre órgãos gestores de recursos hídricos, os Comitês de Bacia Hidrográfica, a Sociedade Civil, as instituições de ensino e pesquisa e os usuários dos recursos hídricos, no âmbito da promoção da segurança hídrica do ERJ.

A água precisa ser discutida em todas as dimensões. Hoje o maior desafio que temos é a integração de todas as políticas que tenham a água como fator preponderante. Muitas ferramentas tratam da segurança hídrica e nem sabem. Há necessidade de integração dessas ferramentas de planejamento.

Contudo, o olhar sobre as diversas dimensões da segurança hídrica precisa ser mudado, colocando o componente ambiental e a proteção da democracia, do estado de direito, dos comitês de bacia e das instituições como centrais. Todo o arcabouço de participação é fundamental. Na dimensão social: dignidade, habitação, transporte, etc, são fundamentais. Na dimensão econômica, as grandes transações precisam ter o aspecto ambiental nelas incorporado. As estratégias de mitigação dos impactos aos corpos hídricos precisam estar nos planos diretores municipais. Os rios não podem mais “estar nos fundos” da cidade, precisam estar na frente. Não podem ser simples canais de despejo daquilo que sobra.

A questão social é fundamental para ser pensada pois há um grande desequilíbrio de oferta de água dependendo do perfil socioeconômico da pessoa, trazendo-nos de volta ao campo da economia e à necessidade de uma ampliação do debate com os vários atores envolvidos, de forma a repensar os métodos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

É necessário investir na mitigação da ação dos poluentes nos recursos hídricos. Nesse campo, em termos de metodologias de monitoramento, não se deve olhar apenas para a quantidade de água, mas também para a poluição em seus amplos aspectos, incluindo o ecotoxicológico. Uma possível solução seria olhar para projetos de despoluição considerando o enquadramento dos corpos hídricos, debatido participativamente com a sociedade regional, tendo como *locus* de



mobilização os comitês de bacia hidrográfica (CBHs). Cabe aqui perguntar: quem está se beneficiando da água? A água existe, mas quem está se beneficiando? A participação social é importante para a tomada de decisão, com vistas ao envolvimento social nas políticas públicas.

Aumentar a produção de água: para isso, a recuperação dos mananciais, a restauração florestal, principalmente de todas as áreas de APP e o reflorestamento para melhorar a qualidade dos corpos hídricos são pontos essenciais. Proteger as margens é uma forma de garantir a segurança hídrica e automaticamente a oferta de água. O controle adequado do parcelamento irregular do solo e o reflorestamento são importantes para as ações de mitigação dos impactos.

Nos CBHs precisamos exercitar a questão da governança. Precisamos integrar os membros dos CBHs, sem sobreposição de competências dos entes do sistema de gestão de recursos hídricos, pois os problemas afetam a todos. É necessário um diagnóstico constante e preciso para a tomada de decisão. É necessário que o diagnóstico seja plural, mas focado nas ações mais efetivas e nas áreas mais centrais para a resolução dos problemas. Precisamos encontrar formas de cooperação interinstitucional, mas que sejam adaptadas às características das instituições. É necessário encontrar maneiras de viabilizar a interação e as parcerias. Os comitês de bacia precisam de fórmulas ágeis, mas transparentes, na celebração de parcerias. É necessária uma atenção para a comunicação, que é um entrave por conta da burocracia.

É fundamental apoiar o fortalecimento dos órgãos gestores e ampliar a escalas das suas ações. Destacamos a necessidade de possuímos órgãos gestores bem estruturados, com servidores capacitados. Existem muitos programas e vontade de fazer, mas faltam pessoal para executar as ações. É necessário fortalecer as instituições, dotando-as com pessoal e recursos para executar suas missões.

Uma ação prioritária é trazer a população para o debate. E não é simples trazer a população para a problemática da segurança hídrica. Falta a presença do “homem comum” no sistema de gestão, mas ele tem uma voz que precisa ser ouvida. É necessária uma autocrítica entre os mobilizadores para avaliar se de fato existe a participação popular nos fóruns que abordam a questão das águas.

É também necessária uma real participação dos atores regionais nos comitês, nos quais muitas vezes falta mobilização junto ao setor público e junto aos usuários, de forma a buscar o aumento das parcerias também.

É preciso dar alternativas ao setor produtivo para a redução da pressão sobre os recursos hídricos. A orientação nos planos públicos de segurança é que haja uma abordagem sistêmica entre as diversas dimensões da problemática hídrica. Integração das políticas e soluções é a palavra chave. O índice de segurança hídrica vai ajudar a orientar a decisão sobre as políticas necessárias.



Na Região Hidrográfica VI (Lagos São João) há um déficit hídrico, notadamente em Cabo Frio. Uma proposta é o emprego da água de reuso.

No caso da Região Hidrográfica IX (Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana) o tema da governança tem sido trabalhado profundamente. No rio Itabapoana há monitoramento em 8 pontos, mas em outras bacias hidrográficas, como a do Macabu, o monitoramento precisa ser ampliado. No noroeste fluminense falta água. A nível regional, na RH-IX a escassez é agravada pela transposição do Macabu e do Guandu. Com destaque para a transposição do rio Paraíba para o sistema Guandu, tais questões, precisam ser mitigadas com o aprimoramento da gestão, que propicia aumento da resiliência, sempre tendo o órgão ambiental como grande parceiro.

A questão requer ação, é necessário agir rapidamente. Partindo da premissa da social-democrática relacionada com o olhar ambiental, é importante ter uma perspectiva mais global dos problemas regionais. Nesse sentido, cinco pontos sintetizam as nossas reflexões:

- Reflorestamento é fundamental, principalmente nas áreas de recarga e nas unidades de conservação; bem como a revitalização de áreas úmidas que foram eliminadas ou fortemente comprometidas;
- É também fundamental a implementação de uma gestão eco-social-democrática; ampliando a mobilização social por meio da educação ambiental. A participação social precisa ser estimulada. Há muito desconhecimento na população sobre a questão hídrica. Cabe aos formuladores de opinião estimular as pessoas a participar dos espaços representativos.
- Um ponto crucial é a governança e o fortalecimento das instituições e dos órgãos gestores, de modo a resistir ao desmonte em curso na política ambiental.
- Supressão das fontes causadoras de poluição da água e construir parcerias efetivas para o desenvolvimento das metas de despoluição da qualidade de água, envolvendo diversas instituições e fontes de investimentos. É recomendável o monitoramento de bacias hidrográficas de forma sistemática, incluindo ensaios ecotoxicológicos e biomonitoramento. Recomenda o uso de análises ecotoxicológicas, em complemento aos índices físico-químicos na análise da poluição das águas.
- Impedir a construção de novas barragens, que têm sido muito danosas, notadamente para os rios Itabapoana e Paraíba do Sul, assim em como em diversos outros rios do mundo. Não permitir novas transposições de rios e otimizar as que já existem.
- O reuso da água como alternativa para garantir a segurança hídrica. No Noroeste o uso de recursos tecnológicos alternativos para áreas com dificuldade de acesso de água.

Entendendo o ser humano e sua desconexão com a Natureza como a maior problemática, consideramos que a educação ambiental é fundamental. É necessário o desenvolvimento de projetos de educação ambiental e de difusão do conhecimento. Também é extremamente importante unir esforços entre a academia, a sociedade e as empresas para cumprir as metas



pactuadas pelo nosso país ao aderir à Agenda 2030. A governança da água precisa ser feita por todos.

Assinam esta carta todos os presentes na mesa de debates do VIII Fórum Ambiental Alberto Ribeiro Lamego (debate disponível no *link* <https://www.youtube.com/watch?v=kRdhhhZRJso>)

São João da Barra, 22 de novembro de 2021.